



Senado aprova MP da venda direta de petróleo do pré-sal

Com as alterações previstas, o governo espera arrecadar mais de R\$ 5 bilhões nos próximos cinco anos. Prioridade para o leilão, mas sem obrigatoriedade, provocou debate entre os senadores

Aprovada ontem no Plenário do Senado, a medida provisória que permite a venda direta de petróleo do pré-sal segue para sanção. Antes da MP, a lei de criação da estatal PPSA permitia apenas a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo da União. Com a MP, fica permitido à PPSA comercializar diretamente a parte devida à União na exploração de campos da bacia do pré-sal

com base no regime de partilha.

Com a MP, o governo federal espera arrecadar mais de R\$ 5 bilhões nos próximos cinco anos. Após a venda direta do óleo, o resultado obtido será revertido ao Fundo Social, para aplicação em programas das áreas de educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas. **3**



Ronaldo Caiado, Eunício e Paulo Ziulkoski, da confederação dos municípios

Municípios precisam de investimento, afirma Eunício

Em encontro com prefeitos da 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu o aumento da capacidade de investimento dos municípios brasileiros.

— Uma gestão municipal eficiente deve ser capaz de acelerar a execução de investimentos públicos, manter as políticas sociais e diversificar a economia local. O Congresso está pronto para colaborar com os municípios. **2**

Proteção a mulher em risco passa em comissão 4

Varejistas criticam juros de cartões de crédito 5

Jornada de 30 horas para psicólogos vai ao Plenário 6

Casa pode ter CPI para investigar setor elétrico 2

Sessão especial destaca papel da Igreja Maranata 2

Debate defende forró como patrimônio da cultura do país

Participantes de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional defenderam a proposta de reconhecer o forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Eles destacaram que o

forró faz parte da identidade da nação e afirmaram que o forró está perdendo força nas festas de São João, pois grande parte dos municípios tem contratado artistas famosos que tocam outros ritmos. **8**

Roque de Sá/Agência Senado



Ferrozeiros apontam dificuldades em contratos para festas juninas

Plenário analisa indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem duas indicações: Roberto Jaguaribe, para a embaixada da Alemanha, e Fernando Marroni, para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. As indicações vão a Plenário. **7**

Ensino médio tem índice baixo, alerta debate

Em audiência ontem na Comissão de Educação, especialistas disseram que, desde 2011, o ensino médio apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 3,7, abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação: 4,3. **8**



Em reunião presidida por Edison Lobão (C), a Comissão de Constituição e Justiça aprova texto que regula eleição indireta

Regra de eleição indireta à Presidência vai à Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem um projeto que regulamenta a eleição indireta para presidente e vice-presidente da Repú-

blica, em caso de vacância dos cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial. A eleição indireta, a ser feita pelo Congresso nessas situações,

é prevista pela Constituição.

O projeto, de Ronaldo Caiado, seguirá à Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado. **5**

CPI dos Maus-Tratos fará audiências no Espírito Santo 6

Recondução para Conselho de Justiça vai ao Plenário 7

Agência de Saúde Suplementar deve ter novo diretor 7

Normas para antecipar licitação vão à Câmara 5

Boletins de ocorrência poderão ser unificados em todo o país

Projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça cria regras para a uniformização dos registros de infrações pelos órgãos de segurança

pública de todo o país.

Os boletins de ocorrência, segundo o texto, poderão ser feitos por policiais militares e rodoviários. **4**



Simone Tebet defende que os boletins deixem de ser feitos só pelos delegados

Marcos Brambilla/Senado Federal

Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício quer municípios com mais investimentos

Na 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, presidente do Senado disse que vai colocar em votação projetos de interesse dos prefeitos, como o que muda imposto sobre transporte por aplicativo

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Durante o encontro com prefeitos e secretários, Eunício defendeu o aumento da capacidade de investimento dos municípios brasileiros.

— Há 5.570 cidades espalhadas por essa imensidão territorial e cerca de 2.700 delas têm menos de 10.000 habitantes. Por isso, é preciso reforçar a capacidade de investimento dessas cidades. Uma gestão municipal eficiente deve ser capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos, manter as políticas sociais, apostar na potencialidade da região e diversificar a economia local para melhorar o ambiente de negócios. O Congresso está pronto para colaborar com os municípios sempre que necessário.

Para o presidente do Senado, a marcha dos prefeitos é o maior encontro político do país. Ele acredita que o evento, com seus 20 anos de história, já se consolidou como importante fórum de discussão e instrumento poderoso para fazer avançar a pauta de interesse dos municípios.

Eunício informou que o Se-



Eunício diz apoiar a pauta da Confederação Nacional de Municípios

nado vai colocar para votação em Plenário o projeto que muda as regras de tributação sobre aplicativos de transporte de passageiros.

— Esse projeto possibilitará o recolhimento do ISS [Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza] pelo município do local do embarque do usuário, e não onde está sediada a empresa de tecnologia, como ocorre atualmente — disse.

Entre as propostas já aprovadas pelo Senado, Eunício citou duas medidas provisórias: uma que dispõe sobre a renegociação de dívidas de estados e municípios, promulgada em março (Lei 13.631, de 2018), e outra que estabelece procedimento simplificado para compra de medicamentos e material hospitalar, encaminhada à Câmara.

Ele declarou apoiar a pauta

definida pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM):

— Incluirei as proposições que estiverem prontas, respeitadas as normas regimentais. Lembro que temos em vigor a restrição de votar propostas de emenda à Constituição e que o processo eleitoral sempre tem reflexos sobre o calendário parlamentar — finalizou.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, elogiou a atuação do Senado em projetos de interesse dos prefeitos.

— Primeiro foi a derrubada do veto da mudança do ISS de cartão de crédito e leasing para ser dividido em todo o país. Foi o senador Eunício, em diálogo conosco e com os prefeitos do Ceará, que construiu isso — ressaltou Ziulkoski.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Pedido de criação da CPI do Setor Elétrico é lido

Foi lido em Plenário ontem o requerimento de criação da CPI do Setor Elétrico, que deverá investigar irregularidades no processo de privatização da Eletrobras. O pedido, de Hélio José (Pros-DF), foi

assinado por 41 senadores.

De acordo com o requerimento, um dos responsáveis pelo processo de privatização teria ligação com grupo empresarial interessado na venda da estatal.

O acesso a informações privilegiadas por entes interessados na privatização pode comprometer os interesses da União e, por esse motivo, a condução do processo deverá ser investigada.

Requião apresenta crítica do Vaticano a sistema econômico

Roberto Requião (MDB-PR) apresentou, na terça-feira, documento divulgado pela Igreja Católica que condena os “excessos da especulação financeira em tempos de globalização”.

O senador disse que, no documento, o papa Francisco pede regulação mundial do mercado do dinheiro, pois, embora o bem-estar econômico tenha crescido, também aumentaram as desigualdades sociais.

— O mercado do dinheiro tem escravizado bilhões de pessoas no mundo, especialmente no Brasil — afirmou Requião.



Roque de Sá/Agência Senado

Lídice celebra 30% do Fundo Eleitoral para candidatas

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou ontem a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que destina 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas de mulheres.

Na opinião de Lídice, o TSE deu um passo importante para viabilizar, no futuro, a participação mais efetiva das mulheres no contexto da política eleitoral no Brasil, uma vez que apenas obrigar cada partido a ter cargos e manter o mínimo percentual para organizar as chapas se mostra cada vez menos eficiente.



Waldemir Borneth/Agência Senado

Telmário defende projeto em favor dos lotéricos

Telmário Mota (PTB-RR) defendeu a aprovação de projeto relativo a demandas dos donos de casas lotéricas (PLC 1/2018).

A proposta, que está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos e outros convênios. O senador ressaltou que, enquanto os bancos recebem R\$ 7, as casas lotéricas recebem R\$ 0,57 pelo mesmo serviço.

— Os lotéricos estão pagando para trabalhar e há anos não têm reajustes.



Waldemir Borneth/Agência Senado

Atuação da Igreja Maranata é exaltada em sessão especial

A importância do trabalho evangelizador da Igreja Cristã Maranata foi destacada ontem em sessão que homenageou os 50 anos da instituição. A data foi lembrada num evento que lotou o Auditório Petrônio Portella.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lembrou que a igreja é moderna e usa tecnologias para alcançar fiéis onde quer que estejam.

— Temos convicção de que o Brasil, laico e religioso, estima enorme apreço pela instituição, destacando sua expressiva contribuição para a retomada de valores que parecem ter sido esquecidos por muitos nesse país — afirmou.

A ideia da homenagem partiu de Magno Malta (PR-ES).

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) lembrou que o cinquentenário é importante para o Brasil, mas relevante para os capixabas, visto que a igreja nasceu em Vila Velha (ES).

O presidente da igreja, Gedelti Gueiros, lembrou que a Maranata não emergiu de uma briga ou discussão teológica, filosófica ou ideológica.

— As dificuldades continuarão. Mas olhem para cima, porque a nossa redenção está próxima — finalizou.

Além de deputados e senadores, participou do evento o governador capixaba, Paulo Hartung.

Flexa é eleito vice da Comissão Mista de Mudanças Climáticas

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi eleito ontem vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O colegiado foi instalado no dia 16 com a eleição do deputado Sergio Souza (MDB-PR) para presidente e do senador Jorge Viana (PT-AC) para relator.

Também ontem, o Sena-

do instalou uma comissão externa para investigar empresas brasileiras no Paraguai (CTPAR). Eleito presidente do colegiado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apontou que um dos objetivos é verificar se as empresas instaladas na Zona Franca de Maquila, no país vizinho, cumprem os processos produtivos exigidos pelo Mercosul.

Relatório sobre hipotecas em projetos de irrigação sai na terça

A primeira versão do relatório sobre a medida provisória que altera a execução de hipotecas em projetos públicos de irrigação (PPIs) deverá ser apresentada na terça-feira. A decisão de cancelar duas audiências públicas que estavam previstas e antecipar os trabalhos foi tomada

ontem pela comissão mista que analisa o texto.

A MP 824/2018 altera a Política Nacional de Irrigação para impedir que o agricultor que descumpra obrigações nos PPIs perca a área sob seu domínio. Pelo texto, o poder público não poderá mais retomar a terra hipotecada.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CRE Embaixadores**
9h Sabatina de embaixadores indicados para o Peru e o Uruguai.
- SESSÃO ESPECIAL Embrapa**
9h Homenagem aos 45 anos da Embrapa.
- CDH Documentos da CIA na ditadura**
9h30 Audiência interativa sobre documentos da CIA durante o regime militar.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Violência**
10h Audiência em Vitória para debater a violência no Espírito Santo.

- PAUTA FEMININA Eleições**
10h Debate com o tema “Eleições 2018: mulheres a caminho das urnas”
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
11h Na pauta, o PLV 10/2018, sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.
- SENADO DO FUTURO Torcidas**
16h Audiência interativa sobre paz nos estádios de futebol.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova medida sobre venda do pré-sal

A prioridade para o leilão, sem obrigatoriedade, causou polêmica entre os senadores, que acataram, com mudanças, a MP que permite venda direta de petróleo pela estatal PPSA

O PLÊNÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que permite a venda direta de petróleo do pré-sal. Aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 9/2018), a MP 811/2017 segue para a sanção.

A MP permite à estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) realizar diretamente a comercialização da parte de óleo devida à União na exploração de campos da bacia do pré-sal com base no regime de partilha. Antes da MP, a lei de criação da PPSA (Lei 12.304, de 2010) permitia apenas a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo da União.

José Serra (PSDB-SP) afirmou que, segundo o governo, se as regras da MP não forem implementadas, mais de um terço da produção de petróleo pode ser comprometida.

Omar Aziz (PSD-AM) pediu um acordo para a redução do preço dos combustíveis. Jorge Viana (PT-AC) lamentou a possibilidade de o aumento de recursos ser usado para outros fins que não a educação, como previsto no Fundo Social.

Durante a tramitação na Câmara, houve uma negociação para que fossem retiradas algumas alterações promovidas pelo relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Foi cortada do texto a possibilidade de a União optar, nos futuros leilões de blocos de exploração do pré-sal, por receber o valor em pecúnia equivalente à quantidade em óleo que lhe cabe.

Outro ponto foi suprimido de forma a impedir que a PPSA venda o óleo da União por preço inferior ao de referência



Fernando Bezerra, relator da MP, defende texto em Plenário

quando não houver interessados na compra. Entretanto, o leilão continua a ser uma modalidade de licitação apenas prioritária para a PPSA. Se a empresa optar pela comercialização dispensando o leilão, o ato deve ser justificado pela autoridade competente com a comprovação de haver vantagem econômica.

— Estabelecer a obrigatoriedade [de leilão] é engessar a PPSA. Está claríssimo no texto — disse Fernando Bezerra.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) argumentou que, com o leilão, o país poderia arrecadar um maior valor, devido à concorrência de propostas. Lídice da Mata (PSB-BA) também criticou o leilão como preferencial, e não obrigatório.

Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que nem sempre o leilão gera mais lucro e que ele será dispensado somente no caso de interesse público.

Percentuais

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou a definição de percentuais que dariam o valor de 78% a 93% do lucro para as empresas, deixando a diferença com a União.

— Essa MP entrega o pré-sal para as petroleiras internacionais, ao contrário do que quer o povo brasileiro — afirmou, ao declarar voto contrário.

Segundo Lindbergh

Farias (PT-RJ), a política de preço de combustíveis do governo de Michel Temer está errada. Ele disse que, em pouco mais de dois anos, já houve 229 reajustes no preço da gasolina e 225 no do diesel. Como comparação, Lindbergh disse que nos oito anos do governo Lula (2003–2010) foram feitos apenas oito reajustes.

Na opinião de João Capiberibe (PSB-AP), a crise de combustíveis já causa o cancelamento de voos e pode trazer risco de desabastecimento. Ele defendeu a aprovação dos destaques apresentados pelo PT e pelo PSB que estabeleceriam o leilão como obrigatório, garantiriam percentual mínimo para o conteúdo local nas aquisições de bens e serviços para as atividades de exploração e produção de petróleo e aumentariam os percentuais de lucro para a União.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o conteúdo local obrigatório seria uma forma de garantir empregos nacionais. Para Fernando Bezerra, porém, a emenda que serviu de base para o destaque tem assunto estranho à MP.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que, na verdade, o destaque significaria perda de competitividade. Submetidos a votação, os destaques foram rejeitados.

Eunício: “Combustível não deve onerar cidadão”

Em Plenário, a crise dos combustíveis foi tema do discurso de vários senadores. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que está negociando

do uma forma de o aumento dos combustíveis não onerar o cidadão. Segundo ele, o entendimento deve englobar governadores e os Poderes Executivo

e Legislativo.

— Tratamos ontem com o ministro da Fazenda. Temos que ter cuidado com o processo econômico, mas não podemos permitir abusos.

Jucá quer limite de ICMS sobre diesel, álcool e gasolina

Romero Jucá (MDB-RR) anunciou em Plenário que, juntamente com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), está apresentando um projeto de resolução para fixar alíquotas máximas de ICMS incidente em operações com combustível: 18% para gasolina e álcool e 7% para óleo diesel.

Crise é culpa dos aumentos do governo Temer, diz Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) alertou para o agravamento da crise com a falta de solução para a greve de caminhoneiros. Ele acusou o governo de causar o problema, ao permitir aumentos constantes nos combustíveis.

— O preço do diesel está 56% acima do preço internacional. Quem perde com isso? O povo.

Lopes critica alta de preços e defende corte de impostos

Eduardo Lopes (PRB-RJ) criticou o que chamou de “verdadeira farrá” no aumento da gasolina e do diesel no país. Para ele, uma das saídas para diminuir o preço é reduzir a alta carga tributária do setor.

— Não é admissível que um dos maiores produtores de petróleo no mundo cobre tão alto.

Ângela pede redução de impostos para diminuir preços

Ângela Portela (PDT-RR) disse que a decisão do governo de zerar a Cide terá pouca eficácia e representará uma redução de menos de R\$ 0,10 por litro. Ela sugeriu redução de impostos:

— Traria alívio imediato aos caminhoneiros e a quem depende do diesel, do gás de cozinha e da gasolina.

Preço da Petrobras não pode prejudicar o país, diz Pedro Chaves

Pedro Chaves (PRB-MS) criticou, na terça-feira, os aumentos dos preços dos combustíveis. Ele salientou que, entre 2017 e 2018, a gasolina e o diesel já aumentaram 47 vezes. O senador afirmou que a política de recuperação econômica da Petrobras não pode se sobrepor ao desenvolvimento do país.

Vanessa afirma que estados produtores já foram afetados

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que Centro-Oeste, Sudeste e Sul começam a sentir os efeitos da paralisação. Para ela, acabar com a Cide é insuficiente.

— Todos os setores dizem que zerar Cide é pouco e propõem também a redução do PIS e da Cofins.

Wilder defende menos tributos e mais concorrência

Wilder Moraes (DEM-GO) disse que o reajuste diário de combustíveis representa um desastre para a economia, visto que o aumento gera impacto nos preços dos alimentos e das mercadorias. O senador afirmou que é preciso reduzir impostos e gerar mais concorrência.

“Situação é de caos e terror”, avalia Humberto Costa

Para Humberto Costa (PT-PE), a paralisação dos caminhoneiros faz o Brasil viver dias de caos sem precedentes. Ele disse que a situação é “de terror”, expondo o povo à ameaça do desabastecimento, e avaliou que a crise decorre da política econômica do governo Temer para o setor.

Reguffe quer teto de alíquota do ICMS que incide sobre o setor

Reguffe (sem partido-DF) anunciou a apresentação de projeto de resolução, assinado com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que estabelece um teto para a alíquota do ICMS sobre combustíveis. O senador criticou a carga tributária que incide sobre eles.

RÁPIDAS

PROJETO ALTERA VENDA DE QUEIJO ARTESANAL NO PAÍS

Produtos artesanais com origem animal, como queijos, linguiças, salames e geleias, poderão ser vendidos em todo o país a partir de selo estadual. É o que prevê o PLC 16/2018, aprovado ontem em Plenário. A proposta, relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), vai à sanção presidencial.

AUTORIZADOS EMPRÉSTIMOS A DUAS CIDADES

O Plenário aprovou três projetos de resolução que autorizam contratação de empréstimos externos pelas cidades de Salvador e Sorocaba (SP). Os textos vão à promulgação. Sorocaba poderá contratar até US\$ 70 milhões. Salvador terá dois créditos: um de US\$ 125 milhões e outro de US\$ 67,5 milhões.

GASTRONOMIA ITALIANA DÁ TÍTULO A NOVA VENEZA

Nova Veneza (SC) terá o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana, determina projeto (PLC 123/2017) aprovado ontem pelo Plenário. O texto vai à sanção. Fundada por imigrantes, a cidade faz todo ano, em junho, a Festa da Gastronomia Típica Italiana.

APROVADA COMENDA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

O Senado aprovou a criação da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, proposta por Fátima Bezerra (PT-RN) no PRS 14/2018. A comenda destina-se a agradecer personalidades, instituições e grupos que tenham contribuído para fortalecer as culturas tradicionais no Brasil.

MP ALTERA JUROS DE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Foi lida em Plenário a MP 812/2017, que muda o cálculo das taxas de juros dos empréstimos não rurais concedidos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. A medida passou a trançar a pauta e foi aprovada na Câmara na forma de projeto de lei de conversão (PLV 10/2018).

PRESIDENTE DO TST ELOGIA REFORMA TRABALHISTA

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Batista Pereira, fez ontem uma visita ao presidente do Senado, Eunício Oliveira. O ministro afirmou que “a reforma trabalhista é boa” e o tribunal vai editar uma instrução normativa sobre o tema. Já Eunício disse que o Senado está aberto ao diálogo.

MP DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS TRANÇA A PAUTA

O presidente Eunício Oliveira leu em Plenário a MP 812/2017, que muda o cálculo das taxas de juros dos empréstimos não rurais concedidos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Aprovada ontem na Câmara, a MP trança a pauta do Plenário.

PROJETO SOBRE TRANSPORTE GANHA URGÊNCIA

O Plenário aprovou ontem urgência para votação do projeto que muda regras de tributação sobre aplicativos de transporte, como Uber. A aprovação do PLS 493/2017 — Complementar foi um compromisso assumido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, na Marcha dos Prefeitos.

Comissão aprova uniformização de normas para boletins de ocorrência

Projeto prevê que normas para o preenchimento de infrações pelos órgãos de segurança pública deverão ser as mesmas em todo o país

O BRASIL PODE ter regras e critérios para uniformizar o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública. A medida está em projeto do senador Armando Monteiro (PTB-PE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Entre as mudanças sugeridas pelo PLS 227/2012, está a descentralização do registro de ocorrências. Assim, os boletins passariam a ser lavrados não apenas pelo delegado de polícia, mas também por policiais militares e rodoviários ou até mesmo pelo militar das Forças Armadas em missão de garantia da lei e da ordem. “O projeto tem como objetivo acabar com o sistemático desrespeito ao cidadão bra-

sileiro causado pela extrema dificuldade de registrar um boletim de ocorrência no Brasil. Tem-se obstruído um direito básico do cidadão, o direito à Justiça e à reparação”, considerou Armando Monteiro na justificativa do projeto. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, Simone Tebet (MDB-MS). Mas o texto foi modificado por emendas dela e de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Segundo Simone, a exclusividade de realização do registro da ocorrência pelo delegado de polícia impõe à vítima horas de espera nas delegacias e perda de tempo para o policial militar ou do guarda municipal que a acompanha. Com a proposta, a resposta do Estado ao crime se torna mais rápida e eficiente.

— Esse projeto é o primeiro passo para a concretização de medidas que aperfeiçoam o sistema penal brasileiro, tendo em vista o projeto aprovado nesta Casa que cria o Susp [Sistema Único de Segurança Pública] e de forma alguma entra nas esferas de poder — observou.

O texto original estabelecia três modalidades de boletim de ocorrência (BO): BO de infração legislativa, BO de infração penal e BO de infração penal com prisão ou apreensão em flagrante delito. A segmentação, no entanto, foi eliminada no relatório aprovado.

Regina denuncia aumento de casos de feminicídio

Regina Sousa (PT-PI) manifestou preocupação com os casos de feminicídio no Brasil e, de maneira especial, no Piauí. Ela reconheceu o esforço do governo do estado, mas apontou que a incidência do crime ainda é grande no estado. Regina disse que na semana passada foram mais dois casos.



Rogério de Sá/Agência Senado

— Apesar do esforço e dos recursos criados, estamos vendo os casos ocorrer. E então a gente se pergunta: o que está acontecendo com os homens? É incompreensível que no século 21 ainda estejamos discutindo a violência contra a mulher.

Cotas estimulam mulheres na política, diz Marta

Marta Suplicy (MDB-SP) comemorou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que ratificou a cota de 30% das candidaturas para mulheres.

A senadora afirmou em Plenário que o maior acesso das candidatas às verbas de campanha e ao tempo de propaganda obrigatória servirá como “alavanca” para mulheres que sempre tiveram o desejo de disputar eleições.

— Acredito que muitas mulheres vão se animar a entrar na política, a política que está tão desacreditada que muitas vezes pessoas que poderiam ingressar não se sentem em condição.



Vanessa Graziotin, Simone Tebet, Antonio Anastasia e Wilder Moraes na votação do texto que unifica os boletins

Mulheres em risco de violência poderão ter proteção sem inquérito

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em votação final, projeto que altera a Lei Maria da Penha para permitir a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor, independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou processo penal.

Como foi alterado por substitutivo do relator, senador Humberto Costa (PT-PE), o PLS 197/2014, do ex-senador

Pedro Taques, passou por turno suplementar de votação na CCJ.

A proposta permite a concessão de medidas de urgência diante da simples iminência de agressões contra a mulher.

“Na prevenção da violência doméstica e familiar contra mulher, é extremamente relevante a existência de uma situação fática de prática de violência contra a mulher, ou

mesmo a sua iminência, que seja apta a possibilitar a intervenção do Estado”, afirmou Humberto na justificativa.

No texto aprovado, o delegado figura entre as autoridades capazes de requerer medidas protetivas. Humberto argumenta que a maioria dos casos de violência contra a mulher chega primeiramente às delegacias de polícia.

O relator acatou emenda da senadora Marta Suplicy

(MDB-SP), que permite que, na ausência do delegado, outros agentes de polícia, civil ou militar, possam aplicar medidas protetivas de urgência.

Com a mudança no texto, Humberto atendeu a pedidos feitos por outros senadores, como Ana Amélia (PP-RS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Simone Tebet (MDB-MS).

Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

Comissão cobrará informação sobre violações em presídios

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem relatório da senadora Regina Sousa (PT-PI) que acata denúncia do grupo Anjos da Liberdade a respeito de violações de direitos humanos no sistema penitenciário federal. Com isso, a CDH cobrará do Ministério da Justiça a prestação de informações sobre os fatos narrados na denúncia.

A comissão pedirá também que o ministério se manifeste sobre “eventuais providências tomadas para fazer cessar as violações de direitos”.

De acordo com o Anjos da Liberdade, há desvirtuamento da finalidade do sistema

por parte dos estados que, após enviarem seus detentos para algum presídio federal, não os aceitam de volta.

A CDH aprovou ainda requerimento de Paulo Rocha (PT-PA) para realização de audiência para debater violações a direitos humanos dos “povos das águas”, como pescadores e populações ribeirinhas, que sofrem violências por parte de milícias.

Hoje a comissão vai fazer audiência pública para debater os arquivos da CIA sobre a ditadura militar brasileira, como os relativos ao atentado à bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981.

— É uma história obscura que precisa ser recontada — disse Regina Sousa.

Colegiado vota na terça MP do Ministério da Segurança Pública

A comissão mista da MP que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública se reúne na terça-feira para votar o relatório do senador Dário Berger (MDB-SC). O prazo de vigência da MP 821/2018 foi prorrogado até 26 de junho.

Lido no colegiado ontem, o projeto de lei de conversão (PLV) de Berger acolheu apenas uma das 138 emendas apresentadas ao texto original. A emenda do deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) suprime o termo “extraordinário” da denominação da nova pasta para que o ministério não seja encarado como provisório ou temporário, mas, sim, como definitivo.

Após a leitura, foi concedida vista coletiva.

Dário acrescentou outras quatro emendas de relator. A primeira atribui ao ministério a competência para coordenar a instituição de escola superior de altos estudos sobre segurança pública.

A segunda emenda altera o modo de requisição de militares para o ministério, levando-se em conta as peculiaridades das Forças Armadas. A terceira alteração ao texto acrescenta dispositivos que tratam da cessação de militares e policiais civis do Distrito Federal para cooperar com outros órgãos públicos, em especial, no que tange ao ônus da remuneração. E a quarta emenda renenumera incisos de dispositivo que trata dos órgãos integrantes da estrutura básica do ministério.

Para Collor, país é lento em políticas para segurança

Fernando Collor (PTC-AL) afirmou que a segurança pública chegou a “um estado terminal”. Para o senador, o Brasil ainda tem se mostrando lento em implementar de políticas públicas para a segurança, com falta de visão sistêmica e pouco critério na gestão de recursos. Collor disse que o país registra excesso de deveres e poucos direitos, muitas polícias e poucos policiais, muitos meios e escassez de resultados.

— A certeza é que estamos mais que atrasados em tomar medidas para devolver ao brasileiro a sensação de segurança, há tanto tempo perdida — declarou.

Regra para eleição indireta à Presidência é aprovada

Segue para a Câmara projeto que regulamenta processo eleitoral em caso de vacância do cargo nos 2 últimos anos do mandato. Texto define normas para a escolha, pelo Congresso, de presidente e vice

A REGULAMENTAÇÃO DA eleição indireta para presidente e vice-presidente da República, em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial, foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não houver recurso para análise em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O PLS 725/2015, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), regulamenta parágrafo do artigo 81 da Constituição, onde já está previsto que essa eleição será indireta, ou seja, ficará a cargo do Congresso, e será feita 30 dias após a vacância dos cargos.

— O projeto normatiza a situação. Os partidos poderão apresentar candidatos, sejam deputados e senadores ou qualquer outra pessoa. Que se coloque como pré-candidato e seja eleito à votação de deputados e senadores — explicou o senador.

Os escolhidos no processo deverão exercer suas funções pelo tempo que falta para o término do mandato presidencial. Nos 15 dias seguintes à vacância, os partidos ou coligações poderão registrar os candidatos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os candidatos a presidente e vice-presidente da República serão registrados em chapa única.

De acordo com o projeto, os deputados e senadores,



Para Caiado, projeto preenche lacuna no ordenamento jurídico do país

reunidos em sessão conjunta convocada exclusivamente para essa finalidade, serão os habilitados a votar. O voto será secreto e registrado em cédulas. Concluída a votação, a Mesa do Congresso Nacional vai apurar os votos e, se nenhuma chapa alcançar a maioria absoluta, um segundo turno será feito com as duas chapas mais votadas. Depois de proclamado o resultado, o presidente e o vice-presidente eleitos tomarão posse e prestarão compromisso na mesma sessão da eleição.

Impeachment

Caiado apresentou o texto em 2015 em meio à crise instaurada no governo da então presidente Dilma Rousseff (PT), quando se cogitava o processo de impeachment que acabou por afastá-la. Para o senador, é imperioso preencher essa lacuna no ordenamento

jurídico do país. O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), defendeu a aprovação do projeto, avaliando que o texto busca suprir a lacuna normativa de forma técnica e “constitucionalmente impecável”.

Anastasia admitiu a possibilidade de que a constitucionalidade do voto secreto seja questionada. Para afastar o risco, o relator invocou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativa às constituições estaduais, afirmando que a definição cabe à “discricionariedade do legislador”. E frisou que a opção pelo voto secreto é plausível, já que os parlamentares estão, no caso, atuando como eleitores, a quem se assegura o sigilo do voto.

Anastasia determinou também que a eleição indireta será descartada se a última vacância ocorrer a menos de 30 dias do fim do mandato presidencial.

Setor varejista reclama das altas taxas de juros dos cartões

Representantes do setor varejista discutiram em audiência pública as altas taxas de juros cobradas pelos cartões de crédito. O debate foi promovido pela CPI dos Cartões.

O relator da CPI, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), criticou a forma com que os pagamentos a lojistas e varejistas são feitos. Para ele, as compras com recebimento à vista deveriam ter desconto, e o parcelamento, juros menores.

Para o representante do Instituto do Desenvolvimento do Varejo, Jorge Gonçalves Filho, a diminuição dessas taxas não só beneficiaria o consumidor, mas também o mercado varejista. Porém, os elevados juros cobrados pelos financiadores de cartões de crédito fazem com que tais medidas sejam adotadas por questões de competitividade.

— O varejo precisa desses meios de pagamento em custo menor, porque ele já põe

o dinheiro, já financia o seu cliente “n” vezes sem juros, porque o mercado é muito competitivo. Se você não faz, o vizinho faz — afirmou.

O presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse as altas taxas de juros são um dos motivos para a recessão econômica do país.

— Com um dinheiro caro como este, não há consumo. Se não há consumo, há uma recessão. Se há uma recessão, não há emprego, porque a indústria não produz. E se a indústria não produz e não dá emprego, não gera emprego, não há distribuição de renda no país.

De acordo com o Banco Central, a taxa média de juros para pessoa física na modalidade cartão de crédito chegou a pouco mais de 300% ao ano. A CPI dos Cartões de Crédito fará nova reunião na próxima semana, mas, desta vez, com representantes dos bancos.



Ataídes Oliveira (2º à esq.), presidente da CPI, e Bezerra Coelho, relator

Vai à Câmara projeto que regulamenta antecipação de licitação

O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que permite antecipar processos licitatórios na administração pública, poderá ganhar uma regulamentação. Ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em decisão final projeto com esse objetivo. Caso não haja recurso para votação no Plenário, o PLS 108/2018, de Roberto Muniz (PP-BA), segue para a Câmara dos Deputados.

O PMI já vem sendo utilizado por estados e prefeituras para permitir à iniciativa privada a elaboração de projetos, estudos técnicos e de viabilidade econômica antes de firmar parcerias com a administração pública.

“Entendemos que a matéria merece melhor tratamento na legislação nacional. O presente projeto se destina a fixar normas gerais sobre o PMI, válidas para União, estados, Distrito Federal e municípios”, explicou Muniz na justificativa do projeto.

As regras gerais sobre o PMI foram traçadas pelo Decreto 8.428, de 2015. A proposta aprovada pela CCJ detalha o PMI, composto por três fases: abertura, autorização e avaliação. O poder público não tem a obrigação de abrir

esse procedimento. Mas, se assim decidir, deverá fazê-lo por meio de edital de chamamento público, com ampla divulgação na página do órgão solicitante na internet e no diário oficial.

Esse edital também deverá indicar o valor nominal máximo para eventual ressarcimento dos projetos apresentados via PMI. Esse pagamento não poderá ser superior a 2,5% do total da proposta vencedora da futura licitação.

A princípio, o ressarcimento pelo projeto acatado via PMI será de responsabilidade do vencedor da licitação. O PLS 108/2018 prevê, entretanto, uma hipótese para essa compensação ser feita pelo poder público. Isso deverá acontecer caso seja ultrapassado o prazo de dois anos após a publicação do resultado da PMI sem que o processo licitatório tenha sido iniciado e desde que haja interesse da administração na aquisição do projeto.

“Os projetos e estudos apresentados no PMI servem de subsídio para a modelagem de licitações e contratos, em seus aspectos técnico, jurídico e econômico. Eles não impactam no orçamento da administração pública, que não se obriga a ressarcir o autor pelos custos

nos quais incorreu. A remuneração do autor se dará às expensas de quem eventualmente for contratado para explorar a infraestrutura ou prestar o serviço público”, reforçou Muniz.

Manifestação

No parecer ao PLS 108/2018, o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), observou que o PMI não se aplica a projetos elaborados por organismos internacionais, autarquias e fundações públicas. Ele chamou a atenção ainda para a possibilidade de o procedimento ser precedido de uma Manifestação de Interesse Prévia (MIP), que é a apresentação de sugestões por qualquer pessoa física ou jurídica destinadas a estruturar estudos e projetos que visem a subsidiar um futuro PMI.

Concluída a MIP, a administração pública terá 60 dias — contados do término do prazo aberto para manifestações de interessados sobre a sugestão — para decidir pela realização ou não do PMI. Caso decida realizá-lo, todo acervo documental da MIP ficará disponível para livre consulta, mas as sugestões recebidas não vincularão o poder público.

Pagamento em contrato público poderá obedecer a critério de desempenho

Critérios de desempenho poderão passar a orientar a remuneração de contratos firmados pela administração pública. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que seguirá para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

De Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto (PLS 319/2017) determina que, na contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da empresa contratada, com base em metas, padrões de qualidade, sustentabilidade ambiental e prazo de entrega. As exigências deverão constar do edital da licitação. A proposta altera a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666).

Para o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), a aprovação da proposta pode trazer melhores resultados nas contratações e redução de custos, pois a remuneração variável favorecerá as empresas contratadas que desempenham bem suas obrigações contratuais.

Avança jornada semanal de 30 horas para psicólogo

Aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, proposta que estabelece carga horária máxima para os profissionais da área segue para votação no Plenário com pedido de regime de urgência

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o parecer da senadora Ângela Portela (PDT-RR) favorável a projeto que estabelece jornada semanal de trabalho dos psicólogos não superior a 30 horas. A proposta (PLS 511/2017) segue para o Plenário com pedido de regime de urgência, requerido pelo senador Elmano Férrer (Pode-PI).

Ângela disse que o relatório foi baseado em notas técnicas aprovadas em conferências do Ministério da Saúde em que profissionais, trabalhadores e gestores da área manifestaram apoio à limitação da jornada para os psicólogos. Ela também se valeu de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que apontam que a diminuição das horas de trabalho aumenta a eficiência e a produtividade do trabalhador.

A senadora citou ainda a posição oficial do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que considera “imperativa” a



Relatora, Ângela crê que medida vai dar mais qualidade ao atendimento

limitação da jornada para que o serviço seja prestado pelo profissional na melhor condição mental e física possível.

— Os psicólogos enfrentam grande gama de conteúdos emocionais. Diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e muitos conteúdos difíceis, que demandam enormes

cuidados — sustentou.

Para Ângela, a população será a grande beneficiada pela medida, que propiciará mais qualidade no atendimento.

A presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP), lembrou que em 2015 o Congresso aprovou um substitutivo dela (PLC 150/2009) com o mesmo conteúdo, mas que acabou vetado pela então presidente Dilma Rousseff.

CPI dos Maus-Tratos vai ouvir pastor acusado de matar crianças

O inquérito policial sobre o assassinato dos irmãos Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Burkovsky, de 6 anos, na cidade de Linhares (ES), foi requisitado ontem pela CPI dos Maus-Tratos. O pastor Georgeval Gonçalves, acusado de ter provocado incêndio criminoso para matar as crianças, será ouvido amanhã, em audiência marcada para Vitória. Como está preso, será levado almeado à sala de audiência.

Hoje, também em Vitória, a CPI fará audiência pública interativa sobre violência contra crianças e adolescentes no Espírito Santo. A comissão, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), aprovou ontem requerimento para ouvir, em Brasília, o ginasta Matheus Lara sobre denúncias de abuso sexual feitas contra o ex-técnico da seleção brasileira de ginástica artística Fernando de Carvalho Lopes.

Atendimento em aplicativos de internet será tema de debate

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) vai debater o projeto que obriga os provedores de aplicações de internet a manter serviço de atendimento ao usuário (PLS 481/2017). O pedido de audiência do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi aprovado ontem. A data do debate ainda será marcada.

Também foi aprovado requerimento do senador Pedro Chaves (PRB-MS), que

pediu informações à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ele quer que a agência envie as cópias dos processos administrativos em curso que versam sobre a prorrogação dos contratos de concessão definidos na Lei 13.334, sobre o setor ferroviário.

Chaves ainda requisitou estudo técnico que fundamenta a vantagem da prorrogação do contrato de parceria em relação a nova licitação.

Fátima critica Temer e candidatura de Henrique Meirelles

Fátima Bezerra (PT-RN) comentou a desistência do presidente Michel Temer de concorrer à reeleição e destacou pesquisa que indica que o presidente não chega a 1% de intenção de voto e alcança 82% de rejeição dos entrevistados.

A senadora lembrou que o candidato do MDB, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, é o idealizador da Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto dos gastos públicos e “paralisou o Brasil”:

— Esse Brasil do desalento, da pobreza que voltou, do desemprego que cresce, é a realidade que o governo tenta mascarar. Essa é a tragédia social que o senhor Henrique Meirelles terá de defender.

Randolfe repudia política econômica de Temer e Meirelles

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou, na terça-feira, a situação crítica do Amapá, segundo dados do IBGE.

Enquanto no país a média de desemprego é de 13%, disse, no Amapá é de 21%.

— Isso é o resultado da política econômica dessa dupla da maldade — disse, em referência ao presidente Michel Temer e ao ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

O senador também pediu que o estado busque formas de desenvolvimento sustentável, como a Zona Franca Verde, para diminuir a dependência do governo federal.

Lula é solução para problemas do país, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) criticou na terça-feira o aumento no preço dos combustíveis e disse que a pré-candidatura de Lula à Presidência, a ser lançada pelo PT no domingo, é a solução para os principais problemas do país. O senador afirmou que o Judiciário interferiu nos problemas políticos de forma equivocada e autoritária, gerando “atrocidades e injustiças”.

— Só tem uma forma de consertar isso, que são as eleições que se aproximam. Nada como dar autoridade ao povo na escolha dos governantes e de governos que possam solucionar esses problemas.

Rose de Freitas cobra mais políticas públicas para idosos

Rose de Freitas (Pode-ES) manifestou na terça-feira preocupação com a falta de políticas públicas adequadas ao envelhecimento da população.

O aumento do percentual de idosos, lembrou, é uma tendência irreversível nas próximas décadas, o que impõe novos desafios ao Estado de modo a assegurar a rede de proteção social. Ela observou que isso terá grandes efeitos na saúde pública e no equilíbrio orçamentário.

A senadora lamentou a situação do SUS, que a seu ver tem falhado no cumprimento de suas obrigações mais básicas.

Hélio José denuncia venda de ativos de estatal de energia

Hélio José (Pros-DF) criticou o “desmonte” da Companhia Energética de Brasília (CEB) e acusou o governador, Rodrigo Rollemberg, de “sanha entreguista”. Hélio José disse que Rollemberg teria ido contra as promessas de campanha de valorizar e sanear a estatal.

Ele chamou de “engodo” o argumento da austeridade fiscal para venda de ativos públicos.

— Como é que um governador quer entregar um patrimônio da capital do país para a iniciativa privada, na sanha simplesmente de se desfazer do que é público para dar para o privado? — questionou.



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Acordo com União Europeia pode sair ainda este ano, diz diplomata

Em sabatina, indicado para a embaixada na Alemanha falou do interesse do país em negociar com o Mercosul. Também foi ouvido indicado para FAO

O ACORDO COMERCIAL entre Mercosul e a União Europeia poderá ser concluído ainda este ano. E o Brasil precisa acelerar a modernização de suas indústrias. As questões foram abordadas ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), durante sabatina dos diplomatas indicados para representar o Brasil na Alemanha e junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). As duas indicações foram aprovadas e seguem para análise do Plenário.

A Alemanha, que tem uma das indústrias mais avançadas e competitivas do mundo, apoia a aprovação do acordo de livre comércio, garantiu o diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, indicado para embaixador no país. Ele afirmou que são grandes as possibilidades do acordo ser fechado ainda este ano.

— Esse acordo vai criar



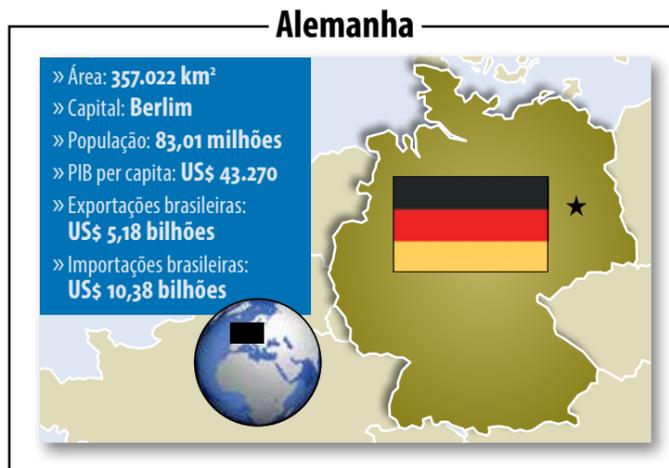
Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores, entre Roberto Jaguaribe e Fernando de Abreu

oportunidades reais para uma ampliação do intercâmbio e inclusive de vendas de indústrias do Brasil para a Europa.

Armando Monteiro (PTB-PE) enfatizou que o Brasil não pode se limitar ao acordo, precisa reformar e modernizar seu parque industrial para ganhar maior competitividade nos mercados internacionais.

— Como a principal plataforma manufatureira da América Latina, o Brasil está desafiado na perspectiva da indústria avançada. A indústria brasileira tem muito o que aprender com a experiência alemã.

Outro sabatinado, Fernando José Marroni de Abreu, foi indicado para representante permanente do Brasil junto à FAO e aos órgãos a ela relacio-



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

nados, em Roma.

Lasier Martins (PSD-RS) lembrou que o mundo desperdiça cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos por ano. Fernando de Abreu disse que essa é uma das principais

preocupações da FAO.

— Os alimentos são produzidos e não conseguem sair do local de produção. Há dificuldade de acesso aos mercados e deficiência na infraestrutura de transportes — explicou.



Henrique Ávila cumprimenta Braga (D) em sessão dirigida por Lobão (C)

Recondução de Henrique Ávila para o CNJ dá mais um passo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a indicação de Henrique Almeida Ávila para novo mandato de dois anos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele ocupará a vaga reservada ao Senado. O atual mandato de Ávila termina em fevereiro. A indicação (OFS 20/2018) segue com pedido de urgência para deliberação do Plenário.

Eduardo Braga (MDB-AM), relator, observou que o indicado demonstrou comprometimento com medidas para tornar a Justiça mais ágil.

Ávila tratou de diferentes questões, como celeridade da Justiça e judicialização da saúde. Ele defendeu ainda a adoção de medidas que estimulem o uso de meios alternativos de resolução de

conflitos como a mediação e a arbitragem.

Sobre o número de processos que se acumulam na Justiça, afirmou que o CNJ busca acelerar o atendimento de ações apresentadas por cidadãos. Segundo ele, cada juiz julgou, em média, 1.749 processos em 2017.

— O gargalo da morosidade da Justiça encontra-se no primeiro grau, entretanto, observa-se que a força de trabalho está em maior proporção na segunda instância. O trabalho do CNJ é equalizar essas forças de trabalho — explicou.

Senadores também cobraram o compromisso de trabalhar para manter em funcionamento varas federais, especialmente em áreas mais afastadas das capitais.

Indicação de Rogério Scarabel para ANS segue ao Plenário

Com 9 votos favoráveis e 3 contrários, a indicação do advogado Rogério Scarabel para compor a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e segue agora ao Plenário do Senado.

Scarabel foi muito questionado pelos senadores pelo fato de, em sua atividade profissional, ter defendido os pleitos dos planos de saúde. Rose de Freitas (Pode-ES) disse perceber um "óbvio conflito de interesses" com o advogado na direção da agência, qualificou a sabatina de constrangedora e chegou a pedir a suspensão da análise à presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP).

Hélio José (Pros-DF) quis

saber do indicado porque ele abriria mão de atuar na condição de sócio de um escritório para receber R\$ 14 mil por mês na ANS.

O indicado afirmou que aceitou servir na agência por compromisso público, e não comentou sobre a necessidade ou não de uma CPI.

Ana Amélia (PP-RS) pediu a Scarabel que priorize o reajuste da tabela de diversas especialidades no que tange à remuneração dos prestadores de serviços em suas relações com os planos de saúde.

O indicado admitiu que este é um grande ponto de conflito no setor e que tratará o assunto como prioridade. Mas lembrou que a própria ANS possui normas determinando o reajuste anual das tabelas.



Indicação de Scarabel foi aprovada em reunião presidida por Marta

Lasier quer voltar a discutir medidas contra a corrupção

Lasier Martins (PSD-RS) pediu que o Senado volte a debater o projeto da Câmara com medidas para combater a corrupção. Ele disse que o PLC 27/2017 está parado na Casa, à espera de que seja anexado a um outro projeto de temática semelhante.

Lasier disse que, ao ser votado na Câmara, o projeto foi desfigurado e que o Senado poderia retomar algumas das medidas anticorrupção descartadas pelos deputados. Ele lembrou que o projeto tem origem em uma iniciativa popular com mais de 1,7 milhão de assinaturas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana descarta importância da marcha de prefeitos

A 21ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi destaque no discurso de Jorge Viana (PT-AC) na terça-feira em Plenário. Para o senador, o evento é importante especialmente porque o Brasil enfrenta dificuldades em diversas áreas, como a greve de caminhoneiros, motivada pela alta no preço dos combustíveis. Segundo Viana, cerca de 1,2 milhão de famílias foram obrigadas a trocar o gás de cozinha pelo fogão a lenha e que a política econômica do governo Temer tem destruído o poder de compra das pessoas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cassol acusa ex-governador de irregularidades

Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que o ex-governador de Rondônia Confúcio Moura firmou convênio com 30 prefeituras no valor de R\$ 10 milhões, mas liberou apenas R\$ 500 mil. Considerada ilegal, a medida, disse, serviu para criar expectativa nos municípios e se beneficiar politicamente.

— Se o político, com sete anos, três meses e cinco dias [de mandato], não deu conta de conquistar o eleitor, não é com 30 convênios na calada da noite, na saída da sua gestão, sem ter dinheiro, criando uma despesa extra, dinheiro que não tem, para tentar se locupletar lá na frente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debatedores defendem que forró se torne patrimônio

Audiência discutiu a proposta, que tem o apoio do presidente do Senado, Eunício Oliveira, de transformar o ritmo em patrimônio imaterial da cultura brasileira, resguardando potencial da tradição nordestina

SALVAGUARDAR AS MATRIZES do forró significa oferecer condições de materializar o potencial da cultura, da diversidade e da identidade do povo nordestino. Essa compreensão foi um dos resultados do debate promovido ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O tema da audiência, requerida por Fátima Bezerra (PT-RN), foi a proposta de reconhecer o forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira. Para Fátima, o forró é uma das expressões mais genuínas da cultura nacional, pois retrata as alegrias e amarguras do povo nordestino.

— O forró gera renda o ano inteiro, porque é uma forma de cultura viva, presente no cotidiano das grandes, médias e pequenas cidades de todo o país. Ele é importante para a identidade de uma nação e imprescindível para a educação e a cultura — disse.

Em 2011, a Associação Cultural Balaio Nordeste encaminhou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o pedido de registro das Matrizes do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil. Desde então, a associação vem realizando fóruns estaduais com objetivo de mobilizar os forrozeiros.

Segundo o coordenador-geral de Identificação e Registro do Instituto do Iphan, Deyveson Alves, é necessário haver o engajamento da comunidade que pede o reconhecimento, pois o instituto não disponibiliza de recursos suficientes.

Fátima diz que ritmo nordestino é a alma dos festejos juninos

A mobilização para declarar o forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira foi defendida por Fátima Bezerra (PT-RN). A senadora salientou que a reivindicação, levantada pelo movimento Fórum Nacional Forró Pé de Raiz, expressa a preocupação dos artistas com a falta de reconhecimento a uma das expressões mais genuínas e identitárias do povo nordestino.

Fátima lembrou que o forró se manifesta em várias vertentes e ganha projeção nacional e internacional, constituindo a “alma dos festejos juninos”.

— É muito importante a gente preservar a cultura brasileira no ponto de vista da memória para as gerações presentes e futuras.



Fátima (6ª à esq.) preside reunião com participação de artistas de forró

— É preciso fazer estudos específicos, que argumentem o valor nacional, a importância e o território de abrangência da cultura do forró. Para isso, precisamos contratar pesquisadores e profissionais para fazer um documentário em vídeo — explicou.

Alves informou que, este ano, o instituto recebeu pouco mais de R\$ 1 milhão para implantar ações em todo o país.

São João

De acordo com a presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, Joana Alves, o forró está perdendo força nas festas de São João, pois grande parte dos municípios tem contratado artistas famosos que tocam outros ritmos.

— Quando se contrata um artista grande, paga-se R\$ 400 mil para ele trazer sua banda. Para o forrozeiro, paga-se apenas R\$ 300, sendo que seu instrumento de trabalho, que é a sanfona, custa em média R\$ 22 mil — relatou.

Lúcia Vânia registra visita de ministro da Educação a Goiás

Lúcia Vânia (PSB-GO) agradeceu ao ministro da Educação, Rossieli Soares, por sua visita a três municípios goianos. No primeiro, destacou a senadora, ele anunciou a criação da Universidade Federal de Catalão. Em Ipameri, o ministro visitou o campus avançado do Instituto Federal Goiano, e em Morrinhos, inaugurou as obras do campus da mesma instituição. A senadora lembrou ter destinado ao instituto uma verba de R\$ 1 milhão após ver salas totalmente vazias.

Ao acompanhar agora o ministro, Lúcia Vânia disse que as salas tinham móveis, computadores e alunos estudando.

Segundo Rozania Macedo, presidente da Comissão do Forró na Bahia, é preciso registrar o forró como patrimônio imaterial.

— Onde se planta e semeia uma cultura, se colhe o forró.

O artista Roberto dos Santos, conhecido como Roberto do Acordeon, reivindicou políticas públicas em defesa dos forrozeiros.

— Quando um artista de mídia chega no município para fazer um show, o fechamento de contrato é rápido. Mas quando nós, forrozeiros, queremos fazer, há dificuldade. Dizem que precisa ser feita licitação e outras coisas que não facilitam — reivindicou.

Apoio

Músicos, compositores e intérpretes de forró foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Vamos trabalhar nisso. O forró é nossa vida, nossa história, nossa tradição. Obviamente tem o meu apoio — disse.

Elmano elogia expertise brasileira em ciência e tecnologia aeroespacial

A capacidade técnica e a competência do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) da Força Aérea Brasileira foram elogiadas por Elmano Férrer (Pode-PI). O senador informou ter visitado o Centro de Lançamento de Alcântara (MA), um dos órgãos sob comando do DCTA. Ele disse ter ficado impressionado com a excelência da equipe também no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Sindacta 1), em Brasília. Destacou ainda a qualidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP).

Especialistas alertam para baixo índice de aprendizado

Especialistas chamaram a atenção para os níveis de aprendizado entre alunos do Ensino Médio, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Desde 2011, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que reúne dados sobre o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, registra que o resultado do ensino médio está estagnado em 3,7. O índice está abaixo da meta estabelecida pelo Ministério da Educação: 4,3.

Para a diretora de estudos educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alvana Maria Bof, os dados mostram uma realidade preocupante.

— Medidas têm de ser tomadas para que os nossos alunos tenham acesso a uma escola de qualidade, permaneça na escola e aprendam — alertou.

De acordo com o último censo escolar, 12% dos alunos do ensino médio abandonaram os estudos. A representante da Conferência Nacional da Alternativa por uma Nova Educação, Sonia Goulart, acredita que o fenômeno é culpa de um modelo de ensino antigo -

que não coloca o aluno como protagonista — e da falta de valorização dos professores.

— Nossos professores estão adoecendo em proporções tão alarmantes quanto a evasão dos nossos jovens na escola. E isso sinaliza para nós que esta estrutura escolar, esta formação escolar que nós estamos fornecendo hoje está equivocada.

Compromisso

Autor do pedido para o debate na comissão, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que a falta de compromisso dos governantes com a educação compromete o futuro do país.

— É como se a gente tivesse os poços de petróleo brasileiros ao negar educação de qualidade para algumas crianças. E é uma indecência porque essa pessoa não vai poder desenvolver o seu talento — lamentou.

A audiência pública sobre a qualidade do ensino no Brasil foi motivada pela pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira, elaborada pelo Conselho Nacional da Indústria em parceria com o movimento Todos pela Educação.



Cristovam Buarque (E) preside debate sobre qualidade do ensino

Saúde de Sergipe vive situação caótica, avalia Eduardo Amorim

O caos tomou conta do setor de saúde em Sergipe, afirmou Eduardo Amorim (PSDB-SE). De acordo com o senador, na semana passada as cirurgias cardíacas foram suspensas no Hospital de Cirurgia.

No Hospital de Urgência, os funcionários terceirizados paralisaram suas atividades, já que não recebem seus salários há dois meses, afirmou.

— Em nota, uma das empresas terceirizadas informou que o atraso se deve à falta de pagamentos do governo do estado. Enquanto isso, pasmem, acompanhantes e pacientes lavam os banheiros — declarou.

Dário Berger anuncia Documento Nacional de Identificação

Dário Berger (MDB-SC) anunciou o lançamento, no Senado, do Documento Nacional de Identificação (DNI). O evento será na próxima terça-feira, às 11h.

O DNI foi criado por lei em 2017 e está em fase de testes, observou o senador. O cadastro biométrico é o requisito para o cidadão poder baixar o DNI no celular e reunir, em um mesmo aplicativo, documentos como CPF, CNH, certidões de nascimento e casamento, Carteira de Trabalho, entre outros. Dário destacou os benefícios para a administração pública, como o fim de fraudes no cadastro de programas sociais.